

Estudos literários e práticas de recepção midiática

Luanda Schramm¹

Resumo: O artigo discute a apropriação de duas vertentes dos estudos literários nos estudos de recepção. A recepção é um ramo da pesquisa em comunicação que privilegia a perspectiva do público, ou leitor, como co-produtor de sentido das mensagens midiáticas. As abordagens variam de acordo com a maneira em que os textos e as audiências, bem como sua interação, são considerados. A teoria da interpretação de Paul Ricoeur introduz a noção de ‘mundo do leitor’ como instância produtora de sentido das obras literárias. A noção de comunidades interpretativas, oriunda dos estudos literários, tem sido utilizada para explicar os condicionamentos e determinações sociais que orientam leituras diferenciadas dos textos midiáticos. A proposta é tomar como ponto de partida a capacidade interpretativa do ser humano e a importância central das questões de linguagem para compreender o fenômeno comunicativo, avaliando as vantagens e insuficiências dessas perspectivas para pensar as práticas de recepção midiática.

Palavras-chave: recepção, interpretação, leitura

Abstract: The paper discusses the appropriation of two perspectives of literary studies in reception studies. Reception and audience studies are a branch of communication field that privileges the perspective of the public, or the reader, in terms of co-production of meaning. Approaches may vary accordingly the ways the media texts and the audiences, as their interaction, are considered. The theory of interpretation of Paul Ricoeur introduces the notion of ‘world of reader’ as the instance of production of meaning of literary works. The notion of interpretive communities, from the literary studies, is been used to explain the conditionings and social determinations that lead to different readings of media texts. The proposal is to take as a starting point the interpretive faculty of human being and the importance of language issues to the comprehension of communication, analyzing the advantages and insufficiencies of these perspectives to think the phenomenon of media reception practices.

Keywords: interpretation, reception, reading

¹ Luanda Schramm é doutoranda do PPGCom da Universidade de Brasília. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense e Bacharel em Comunicação Social – habilitação jornalismo pela Universidade Federal de Goiás. Professora dos cursos de jornalismo e publicidade do Instituto de Educação Superior de Brasília – Iesb.

Estudos literários, estudos culturais e estudos de recepção

A pesquisa em recepção é um ramo controverso no campo da comunicação. As abordagens variam, entre outros fatores, de acordo com as maneiras em que o texto e as audiências, assim como sua interação, são considerados. Jensen e Rosengren (1990) propõem uma classificação em que identificam cinco tradições na pesquisa da audiência: pesquisa dos efeitos, usos e gratificações, crítica literária, estudos culturais e análise da recepção. A pesquisa tradicional sobre a audiência (que inclui a pesquisa sobre os efeitos e os 'usos e gratificações') apoiava-se numa concepção da comunicação como transmissão de informações, em que o texto possuía uma natureza monolítica. A audiência, nessa perspectiva, desempenhava um papel ativo, mas o receptor era considerado de um ponto de vista utilitarista e racionalista. A pesquisa anterior também ignorava as múltiplas camadas textuais de sentido.

O ponto que interessa discutir, nos limites desse artigo, diz respeito ao subdesenvolvimento da perspectiva da crítica literária na classificação proposta pelos autores, restringindo sua contribuição à idéia do leitor inscrito no texto, negligenciando perspectivas que privilegiavam a questão do ato de leitura e do leitor 'real', promovendo uma concepção abrangente do fenômeno da leitura, que, apesar de suas limitações, pode ser de grande utilidade para a análise das práticas de recepção midiática, principalmente no que se refere aos pressupostos que ancoram a noção de interpretação na hermenêutica fenomenológica. A teoria da interpretação de Paul Ricoeur e sua fenomenologia do ato de leitura fornecem alguns pressupostos interessantes para pensarmos as práticas culturais e discursivas de recepção midiática.

Outra classificação (Gomes, 2003) propõe uma divisão entre duas correntes principais: a pesquisa sobre os efeitos, que inclui a perspectiva dos usos e gratificações; e a pesquisa em recepção, que inclui os estudos culturais e os estudos de crítica literária – e não considera a análise da recepção como uma tradição de pesquisa. Aqui a proposta é pensar a recepção a partir da interface entre dois campos, os estudos culturais e estudos literários, portanto, nos aproximamos da classificação proposta por Gomes.

Na perspectiva dos estudos culturais, em que a comunicação é concebida como um processo cultural, a recepção constitui o ramo da pesquisa em comunicação que privilegia a questão do leitor, ou do públi-

co, como instância produtora de sentido. O interesse recai nas múltiplas interpretações feitas por leitores reais, vistos como sujeitos históricos e sociais, situados em contextos específicos. Nesse âmbito, o principal problema dos estudos de recepção tem sido a dificuldade de estabelecer um elo entre os textos mediatizados e as práticas sociais, entre o estudo dos textos e o estudo da sociedade (Newcomb, 1991: 69-87).

A leitura não é uma ação puramente individual ou subjetiva, é compartilhada, possui expressão institucional. As leituras que fazemos emergem da família, do campo profissional, das instituições em que estamos inseridos, e de outras práticas. Considerando que os receptores são co-produtores de sentido, é fundamental investigar como os diferentes públicos, a partir de suas posições relativas no espaço social, se apropriam dos textos e se posicionam diante das interpretações oferecidas pela mídia.

A ênfase no leitor deve ser entendida aqui como sintoma de uma decisão de maior alcance: a de se contrapor à figura do 'leitor ideal', isto é, aquele que ofereceria a leitura correta de um certo texto. Mas a recepção deve ser considerada, sobretudo, como um lugar a partir do qual é preciso repensar o processo comunicativo por inteiro, segundo a orientação de Martín-Barbero (1994:39) que vê a recepção não apenas como uma *etapa* do processo de comunicação, mas como "um *lugar* novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação", conceito retomado por Jacks e Escosteguy (2005: 96), ao afirmarem que "estudar a recepção implica no questionamento do modelo comportamental que centraliza a ação no emissor, por isso, pesquisá-la é posicionar-se num lugar a partir do qual se deve repensar o processo inteiro da comunicação, inclusive, repercutindo na reflexão de uma epistemologia da comunicação".

Interpretação e leitura

A hermenêutica é o ramo do conhecimento filosófico onde os problemas teóricos da interpretação são confrontados. Hermenêutica, pode-se dizer, é a 'arte da leitura', da interpretação, ou a arte de decifrar o sentido dos textos, ou antes, de produzir sentidos sobre textos. Ricoeur, vale ressaltar, estendeu a noção de texto para toda experiência humana. Uma vida humana é, para ele, análoga a um texto, pois, assim como um texto, uma vida expressa sentidos que podem, em princípio, ser explicitados por meio da interpretação. O problema

da leitura e compreensão de um texto, então, torna-se uma metáfora para todos os tipos de compreensão, incluindo a dos fenômenos sociais ou culturais.

A hermenêutica compreende uma diversidade de paradigmas e de níveis de interpretação, em função das diferentes modalidades de fundamentação do saber. Hermenêutica, para Ricoeur, é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a compreensão dos textos. Rodrigues (1997: 131) distingue duas vertentes na hermenêutica atual: a metodológica, que “procura numa meta-teoria o ponto de fuga que perspectivaria uma prática textual finita” e a fenomenológica, mais preocupada com as modalidades de diferenciação dos signos, “fadada a um incontornável destino fragmentário”. Segundo o autor português, a primeira vertente está intimamente associada à suspeita de uma realidade escondida no texto manifesto, que a interpretação visa precisamente desvendar. Já a segunda vertente dedica-se a determinar as configurações que tecem a superfície expressiva do discurso, “os reflexos significativos que emergem da cristalização de figuras insignificantes”. Paul Ricoeur pode ser considerado representante da segunda vertente – a fenomenológica – conforme a distinção do autor português. Embora Ricoeur considere que a hermenêutica engendra um método de interpretação, sua hermenêutica não pode ser considerada metodológica, segundo a distinção feita por Rodrigues, por essa postura referir-se às análises que se encerram nos textos, análises imanentes, que pressupõe a existência de uma leitura correta.

Em linhas gerais, o projeto hermenêutico da leitura de um texto começa com a contextualização do autor, do texto e do leitor. O texto é radicalmente influenciado pela construção intencional do trabalho do autor, mas também possui sua própria independência em relação ao autor: um texto sempre possui vida própria. Um texto também contém sentidos que escapam às intenções do autor, refletidos nos pressupostos pessoais e sócio-culturais em que o autor inconscientemente vive e escreve. Portanto, o contexto do autor é também elemento importante e necessário na leitura e compreensão de um texto. O leitor, por sua vez, também possui pressupostos pessoais e culturais que influenciam radicalmente o modo como um texto é lido e compreendido. Logo, o leitor também opera dentro de um contexto. Além do mais, um texto também desenvolve sua própria história de interpretação, que posteriormente prescreve suas possíveis leituras e releituras. Ricoeur diria que a ‘boa interpretação’

deve começar pela contextualização do autor e da obra, passando pela interpretação do texto, tentando responder às questões: Quem fala? Para quem fala? Em que condições e por quê? (em que condições ocorre o processo de comunicação e interpretação) e, por fim, por que eu interpreto isso dessa maneira? (inclusão da subjetividade do intérprete e o reconhecimento do caráter finito, incompleto e perspectivo de toda interpretação). Os limites da hermenêutica aparecem quando interpretação dobra-se sobre si mesma. Dessa forma, não busca a verdade, já que está sempre restrita à visão de mundo do intérprete, enquanto sujeito histórico e cultural. A interpretação busca o sentido.

E o sentido se constrói na interseção entre dois mundos, o mundo do texto e o mundo do leitor. Para Ricoeur, a noção de mundo do texto é apenas metade do caminho rumo à interpretação, já que a obra literária transcende o texto na direção de um mundo. O mundo do texto assinala a abertura do texto para o que está fora dele, para o seu outro, na medida em que o mundo do texto constitui uma “intenção absolutamente original, relativamente à estrutura interna do texto.” Nesse sentido, o mundo do texto excede sua estrutura textual. Mesmo considerado à parte da leitura, o mundo do texto continua sendo uma transcendência na imanência, um excesso à espera de leitura.

Porém, é somente no ato de leitura que o dinamismo da configuração ‘encerra’ o seu percurso. Poderíamos dizer que, de modo análogo, só no momento² da recepção o processo comunicativo ‘completa’ seu circuito. A passagem da configuração para a re-figuração pressupõe o confronto entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Essa interseção entre dois mundos se dá entre o mundo configurado pelo texto e o mundo “no interior do qual a experiência efetiva se desenrola e desdobra sua temporalidade específica” (Ricoeur, 1995: 274), ou seja: o mundo do leitor. Logo, a configuração só se torna re-figuração na ação efetiva, consequência da leitura. Nesse sentido, não podemos concordar com Jensen e Rosengren (1990) quando

2 Aqui é preciso problematizar a questão dos momentos no processo comunicativo como uma classificação arbitrária. A recepção não pode ser vista como uma etapa, o ponto final do processo comunicativo. O termo momento aqui é utilizado no sentido conferido por Morley (1980), como o encontro entre os discursos do texto e os do leitor. E, considerando a comunicação como circuito, e os atores engajados no processo – produtores e receptores – como intérpretes, a determinação de momentos específicos vai depender do recorte do fenômeno que se pretende investigar, e da construção do objeto de pesquisa.

afirmam que a tradição literária tem em comum com o estudo dos efeitos o entendimento de que o significado é imanente à estrutura da mensagem³.

O fenômeno da leitura, para Ricoeur, é o mediador necessário da re-figuração. O dinamismo interno da configuração narrativa não é suficiente por si só. Na passagem da configuração à re-figuração existe o encontro entre o mundo representado pelo texto e o mundo real do leitor. A leitura desempenha o papel estratégico nessa operação de re-figuração. O leitor é o mediador último entre configuração e re-figuração. Nesse sentido, o texto só existe no momento em que é lido.

Estão construídas as bases para o que Ricoeur chama de dialética da leitura, em que três momentos distintos, porém interligados, devem ser considerados: a estratégia fomentada pelo texto e dirigida para o leitor, a inscrição dessa estratégia na configuração narrativa e a resposta do leitor. Os traços que assinalam a resposta do leitor à estratégia de persuasão do texto sublinham o caráter dialético do ato de leitura. A primeira dialética da leitura evidencia-se no combate entre a expectativa de uma configuração imediatamente legível e a estratégia de frustração inscrita no texto que atribui ao leitor a tarefa quase impossível de dar sentido a lugares de indeterminação⁴ que ofuscam a legibilidade do texto.

O trabalho da leitura revela simultaneamente falta de determinação e excesso de sentido. Todo texto é inesgotável à leitura e a leitura empenha-se em figurar o que não foi descrito pelo texto. Eis a segunda dialética da leitura: uma alternância entre carência e excesso de sentido. Múltiplos sentidos adormecidos na polifonia das palavras são se-

3 Nessa perspectiva, segundo os autores “o leitor é frequentemente um constructo crítico deduzido do discurso ou da tradição literária e, excepcionalmente, quando ele é empírico, o foco recai nas leituras individuais ou, mas comumente, nos significados literários dos aspectos sociológicos ou psicológicos gerais, do que em receptores histórica e demograficamente determinados” (Jacks e Escosteguy, 2005: 35).

4 Conceito central na estética da leitura de Ingarden, os lugares ou pontos de indeterminação resultariam da estratégia de frustração incorporada ao próprio texto, em vez de simplesmente designar lacunas na concretização configurante. Por concretização configurante, o pensador romeno entende o processo de modificação de expectativas que acompanha todo ato de leitura. (Ver: Bordini, Maria da Glória. Fenomenologia e teoria literária. São Paulo, Edusp, 1990). Lugares de indeterminação, ou “lugares vazios”, também podem ser definidos como relações não formuladas entre as diversas camadas do texto e suas várias possibilidades de conexão. “Os lugares vazios, em suma, apresentam a estrutura do texto literário como uma articulação com furos, que exige do leitor mais do que a capacidade de decodificação. A decodificação diz respeito ao domínio da língua. O vazio exige do leitor uma participação ativa.” (Lima, 2002: 26)

lecionados pelo leitor a partir de seu mundo. É bom lembrar que qualquer leitura só oferece uma interpretação entre outras possíveis.

Na busca de coerência que atravessa o ato de leitura, se a obra parecer ao leitor demasiado coerente, familiar, ele passa a crer nela a ponto de perder-se e a concretização transforma-se em ilusão. Entretanto, se a busca de coerência fracassa, a obra permanece estranha ao leitor. Na terceira dialética da leitura, então, a 'boa leitura' seria aquela que, ao mesmo tempo, admite certo grau de ilusão e assume a polissemia da obra: "a distância certa da obra é aquela em que a ilusão se torna alternadamente irresistível e insustentável". Nunca se alcança um equilíbrio entre esses dois impulsos. Tomando as três dialéticas em conjunto, percebemos a leitura como uma experiência viva.

Para Ricoeur, a leitura não é o que o texto prescreve, é o que revela a estrutura por meio da interpretação. Assim, uma teoria englobante da leitura não pode prescindir da categoria de autor implicado, que se distingue do autor real, servindo-se de máscaras e disfarces para se transformar em implicado, por meio de procedimentos retóricos. Para uma teoria englobante da leitura, é preciso considerar os textos como obras abertas. Segundo Ricoeur, obra aberta é uma escrita que só se deixa interpretar em função das interpretações que possibilita. Ricoeur apóia-se na noção de reflexividade da leitura, o que permite que o ato de ler se liberte da leitura inscrita no texto e dê a réplica ao texto. A seguir acrescenta que não há ato configurante em ação no texto sem leitor que o acompanhe. Por outro lado sem leitor que se aproprie do texto também não há mundo desdobrado diante do texto. "E, no entanto, renasce continuamente a ilusão de que o texto é estruturado em si e por si, e de que a leitura acontece ao texto como um evento extrínseco e contingente" (Ricoeur, 1995: 283)

Na fenomenologia da leitura proposta por Ricoeur⁵, a contra-

5 Na constituição de sua fenomenologia da leitura, o autor se vale das contribuições realizadas pela vertente conhecida como Estética da recepção e do efeito, desenvolvida pela Escola de Constança, que surgiu na Alemanha do pós-guerra como alternativa à crítica imanentista e ao marxismo reflexológico. O imanentismo, corrente dominante da crítica literária na então Alemanha Ocidental, costumava estudar a obra apenas em sua face textual, desconsiderando os elementos histórico-sociais, e pretendendo alcançar uma espécie de 'neutralidade científica' nos estudos literários. No lado oriental, a teoria do reflexo reduzia o marxismo a uma feição mecanicista. Em todas as correntes que vêem a obra de arte literária como um organismo fechado, produzindo análises imanentes do texto, perpassa, segundo Luiz Costa Lima, a divisão entre uma área menosprezada, a área da comunicação, e uma privilegiada, a da textualidade. A estética da recepção era, então, uma opção intelectual e política. (Ver: Lima, L.C. (org) *A literatura e o leitor. Textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002)

partida do autor implicado na retórica da ficção é o leitor implicado⁶. Nenhum texto é mudo em relação ao leitor. O próprio leitor é construído no e pelo texto. Algumas opções de leitura já estão configuradas no texto. Ambos, autor e leitor implicados têm suas marcas inscritas no texto, todavia, a simetria entre os termos é apenas aparente. O autor implicado é um disfarce do autor real, que desaparece transformando-se em narrador imanente à obra – voz narrativa. O leitor real nada mais é do que uma concretização do leitor implicado, visado pela estratégia de persuasão do narrador. Ou seja, o autor implicado se identificaria com o estilo da obra, e o leitor implicado se identificaria com o destinatário da obra, pretendido pelo autor. O leitor implicado permanecerá virtual enquanto não for atualizado pelo ato de leitura: “ao passo que o autor real se apaga no autor implicado, o leitor implicado ganha corpo no leitor real”.

A questão do leitor inscrito no texto costuma ser apontada como a principal contribuição dos estudos literários para pensar a recepção. Porém, em “mundo do texto e mundo do leitor” Ricoeur vai além do reconhecimento do leitor implicado, pois a fenomenologia do ato de leitura trata do leitor real, o pólo oposto do texto que dá a significação da obra. Para se compreender o tema da interação em toda sua abrangência, é necessário dar um passo para fora da estrutura de um texto. A interação pressupõe um leitor de carne e osso. O leitor real, ao efetuar o papel do leitor implicado – ou implícito – no e pelo texto, transforma-o.

A dialética da leitura proposta por Ricoeur se faz entre apropriação e distanciamento, em que a leitura ora aparece como uma interrupção no ciclo da ação, ora aparece como um novo impulso para a ação. Tais papéis divergentes decorrem da função de enfrentamento e de ligação entre o mundo fictício do texto e o mundo efetivo do leitor. Enquanto o leitor acompanha as expectativas propostas pelo texto ele se torna tão irreal quanto o mundo fictício. A leitura, nesse momento, torna-se também lugar irreal, ocorre uma pausa na reflexão – momento da hegemonia. Por outro lado, enquanto o leitor incorpora (inconscientemente ou não) os ensinamentos de suas leituras à sua visão de mundo, a leitura deixa de ser o lugar em que ele se detém para ser o meio que ele atravessa. A ‘boa leitura’, portanto, é a que produz equilíbrio entre a ilusão, quando o leitor se entrega

6 Algumas traduções utilizam o termo implícito, com o mesmo sentido. Com a noção de leitor implícito, Iser pretendia chegar a uma constante no texto, que guiasse a interpretação das obras ficcionais. Aqui entendemos que o leitor implícito identifica-se com a intenção semântica do autor, mas, enquanto categoria analítica, ele é uma construção do intérprete, portanto é também variável.

à proposta do texto e reflete sobre ele, confrontando-o com leituras anteriores. Enfim, quando ele dialoga com o texto.

Aqui podemos estabelecer um diálogo com Hall para pensar a questão do poder e da significação hegemônica. “A transparência entre o momento da codificação e a decodificação é o que eu chamaria de momento da hegemonia. Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida” (2003: 353-384). Assim a ‘boa leitura’ proposta por Ricoeur pode ser entendida, no âmbito das práticas midiáticas de recepção, e dos estudos culturais, como a negociação do sentido, ou a idéia de leitura negociada, que é o que de fato ocorre, na maioria das vezes, e evidencia a não equivalência entre emissão e recepção.

Embora a teoria da leitura presente em *Mundo do texto e mundo do leitor* (Ricoeur, 1995) se refira à leitura das obras literárias, seus *insights* têm muito a dizer sobre o *como* da relação do leitor com o texto, podendo ser aplicados ao estudo da recepção de mensagens midiáticas. O próprio autor nos autoriza a tal aplicação ao estender a noção de texto para qualquer objetivação humana. A fenomenologia do ato de leitura tem o mérito de superar as análises que se limitam ao estudo dos textos, buscando atingir o leitor real, sujeito histórico e cultural, que produz sentido apropriando-se dos textos e interpretando-os. Tal perspectiva reconhece os aspectos dialógicos da comunicação. A pertinência de uma abordagem fenomenológica da recepção reside no pressuposto da inexistência de uma leitura correta e na plausibilidade de leituras distintas.

Para Hans Ulrich Gumbrecht (1998 e *apud* Lima, 2002:27), a verdadeira inovação da estética da recepção foi ter abandonado a classificação da quantidade de interpretações possíveis e historicamente realizadas sobre um texto, em muitas interpretações falsas e uma correta⁷. Em vez de se tentar construir uma significação proce-

7 Assim como Gumbrecht, somos movidos pela mesma desconfiança, o que não significa endossar por completo a proposta desse autor que foi assistente de Jauss, depois rompeu com o movimento e passou a ser reconhecido por obras que derivam de outros parâmetros. No livro *Corpo e Forma* (EDUIERJ, 1998), o autor propõe a abolição da hermenêutica, ou a adoção do paradigma pós-hermenêutico, tratando de forma única o que na verdade representa um amplo e controverso campo de estudos. Se estamos de acordo com a idéia que interpretar não é descobrir o sentido oculto do texto, acreditamos que o extermínio do conceito seja nocivo. A concepção que Gumbrecht tem do campo hermenêutico é limitada às hermenêuticas de cunho metodológico, que acreditam poder encontrar uma intenção escondida no texto manifesto, revelável por alguma técnica ou teoria crítica. Ele reduz a hermenêutica às análises que se encerram nos textos. O impasse da leitura correta foi solucionado por Ricoeur de maneira satisfatória ao associar a fenomenologia à hermenêutica literária.

dente, o interesse se desloca para o esforço de compreender a diferença das diversas exegeses de um texto. Pois qualquer texto permite inúmeras exegeses: não há nenhuma exegese correta.

A teoria da interpretação de Ricoeur (1990) afirma que um texto está aberto a um número indefinido de leitores e por extensão de interpretações. Mas a comunicação, enquanto fenômeno social, obedece a certos padrões e sofre limitações específicas. Ao utilizar a metáfora da leitura para pensar as práticas de recepção midiática é preciso considerar certos aspectos que não são contemplados nas reflexões das teorias literárias. Existem limites interpretativos que variam conforme o gênero narrativo e as características da situação de 'leitura', considerando a influência que o contexto material de acesso ao texto tem sobre sua apreensão.

Ao colocar em foco a função de mediação possibilitada pela interpretação e pelos limites interpretativos, estamos postulando também que as pesquisas em recepção precisam levar em conta as textualidades – aqui no sentido específico de estruturação narrativa da mensagem midiática – e o suporte material do texto, pois a leitura depende da forma como o texto chega ao leitor. Tal exame é crucial para discernir o modo como o leitor é constituído também pelo aparato tecnológico. Stam (1995:137), seguindo o enfoque discursivo proposto por Morley (1980), afirma que qualquer etnografia efetiva da recepção deve distinguir entre múltiplos registros, e enumera pelo menos cinco níveis de constituição do leitor (são eles: o texto, os aparatos técnicos, os contextos institucionais de recepção, as ideologias e discursos circundantes, e o espectador concreto situado geograficamente e historicamente), para sugerir que a análise da recepção deve explorar as diferenças e tensões entre os diversos níveis, “entre os distintos modos em que texto, aparato, discurso e história constroem o espectador, e os modos em que o espectador como sujeito/interlocutor influencia esse encontro.”

A compreensão de um fenômeno cultural como a recepção midiática requer o estudo simultâneo das atividades através das quais esse fenômeno é criado (produção), o que está sendo dito nele e através dele (seu conteúdo temático, narrativo, visual ou textual), e como aqueles que o assistem o interpretam. Esse modelo triádico de estudo cultural, embora ainda não amplamente praticado, é reconhecido

como fundamental (Gamson, 1998). Sem desconsiderar as ressalvas à aplicação das categorias da análise literária ao estudo das práticas de recepção midiática, nosso intuito é enfocar seus pressupostos e as aproximações com a perspectiva dos estudos culturais.

Estudos literários e estudos culturais

Ao tratar da influência das teorias literárias no campo dos estudos culturais – a chamada “virada lingüística” – Hall (2003:211) enumera alguns dos progressos teóricos resultantes desse encontro:

A importância crucial da linguagem e da metáfora lingüística para *qualquer* estudo da cultura; a expansão da noção de texto e textualidade, quer como fonte de significado, quer como aquilo que adia o significado; o reconhecimento da heterogeneidade e da multiplicidade dos significados e do esforço envolvido no encerramento arbitrário da semiose infinita para além do significado; o reconhecimento da textualidade e do poder cultural, da própria representação como local de poder e de regulamentação; do simbólico como fonte de identidade.

Embora no campo sempre se atentasse às questões da linguagem – área em que Raymond Williams desempenhou um papel central – esse encontro provocou uma reconfiguração da teoria, para pensar a questão da cultura através das metáforas da linguagem e da textualidade.

A relação texto-leitor é uma metáfora para todas as interações humanas. As diretrizes propostas por Ricoeur (quem fala? para quem fala? em que condições e por quê?) podem ser pensadas em diversos níveis, se considerarmos que todos somos autores e leitores – principal consequência da extensão da noção de texto.

Considerar a recepção como lugar privilegiado para abordagem de questões que envolvem a relação dos textos midiáticos com as práticas sociais implica pensar a produção e o consumo em uma relação. Produção e recepção são processos entrelaçados que não podem ser reduzidos a processos lineares. Tudo está interligado. Porém, para escapar da idéia de um momento originário no processo comunicativo, Hall recorre à noção derridiana *sempre-já* vendo os

diferentes momentos como recodificações de algo já existente, pois “cada fala está situada sobre a base de um sentido já dado (...) Cada ato de significação transforma o estado efetivo de todas as significações já existentes” (2003:363-364). O momento da codificação, portanto, não surge do nada. Ao pensar a comunicação em termos de um circuito, é preciso considerar “como a decodificação entra na prática e no discurso que um repórter está acolhendo. O repórter está captando algo do mundo pré-significado com o objetivo de significá-lo de uma nova maneira”.

Para Hall, o mundo real não está fora do discurso; não está fora da significação, “pois é prática e discurso, como qualquer outra coisa.” Hall opta por iniciar o circuito pelas condições subjacentes ao âmbito da produção que incidem na codificação das mensagens televisivas por não querer um modelo de circuito que exclua a questão do poder:

Não creio que as audiências ocupem as mesmas posições de poder daqueles que dão significado ao mundo para elas. Leitura preferencial é só um modo de dizer que, se você detém o controle dos aparatos de significação do mundo e do controle dos meios de comunicação então você escreve os textos – até certo ponto, a leitura preferencial tem uma forma determinante (2003: 366).

De acordo com Hall, porém, a mensagem não tem somente um significado, e nem é infinitamente aberta. Ao propor a noção de que o texto consiste numa *polissemia estruturada*, Hall aposta numa noção de poder que não apague os outros sentidos possíveis. Assim, o elemento da leitura preferencial se situa no ponto onde o poder atravessa o discurso, está dentro e fora da mensagem. “A razão pela qual o a preferência não pode estancar ou fixar o texto é que o significado é infinitamente diferido” isso não sugere, entretanto, que o texto seja aberto a qualquer decodificação. Adotar a noção derridiana de *diferimento da diferença*⁸ como a própria natureza

8 Derrida criou o conceito de diferença modificando o vocábulo francês *différence* por *différance*, para se referir à diferença como um processo contínuo e ininterrupto de diferenciação, como uma ação, como um verbo. Alguns autores adotam uma tradução do termo que procura conservar a modificação, como *diferença* (Marcondes Filho, 2004) e também como *diferensa*. (Bennington, 1996).

da textualidade (a *différance* é o modo de existência da escritura⁹), não significa cair num jogo infinito de linguagem, pois o poder necessita da linguagem, é justamente aquilo que recorta a infinita semiose da linguagem, impondo-lhe um corte, uma *sutura*: “a linguagem é pura textualidade, mas a ideologia quer construir um significado particular” (2003: 369). A noção de preferência em Hall se aproxima na noção de *rasura*, cunhada por Derrida: “trata-se do ponto no qual o jogo das diferenças deve ser apagado para que um centro seja constituído, pois é em torno desse centro que se constrói o texto.”

Assim, o trabalho crítico sobre a codificação e a decodificação é sempre uma prática desconstrutiva, pois abre o texto a uma variedade de significados que não foram estabelecidas na atividade de sua codificação. Porém a desconstrução não deve ser tomada um como método, mas como ponto de partida epistemológico. A proposta anunciada no título desse artigo, de repensar a noção de textualidade a partir da recepção, se efetua na adoção da metáfora da textualidade, seguindo a orientação de Ricoeur e Derrida, pensadores cujas obras possuem suas especificidades, mas que têm em comum a noção de que tudo é texto, é escritura. Essa postura é também adotada por Stuart Hall, (2004:358) ao conceber o real como “algo cuja a existência só pode ser produzida discursivamente”. Partimos do princípio de que existe um mundo real¹⁰, separado e fora do discurso, mas, como assinala Hall, somente podemos conhecer o real através da linguagem. Porém, seguimos Hall quando ele afirma,

9 A escritura está marcada pela idéia de *rasura* que se efetua através da *différance*. A todo instante o significado é transformado pela individualidade interpretativa. Derrida coloca em sua análise termos pouco usuais nas análises da interpretação como o conceito de promessa. Para Derrida toda escritura é uma promessa, pois promete um significado, uma limpidez. Toda escritura deixa algo no ar, algo que não pode ser traduzido. Nesse sentido, não diz respeito apenas às significações das palavras em um determinado texto, mas das significações em campos mais amplos como o campo dos valores. Valores como justiça, felicidade, ética, moral também estão conectados ao conceito de escritura, também são germinados dentro da escritura. Ao longo dos anos 70 e 80 o pensamento de Derrida ficou celebre nos Estados Unidos a partir da aplicação de conceitos da desconstrução na análise de textos literários, o que por muito tempo marcou o pensamento de Derrida como algo apenas aplicável ao campo da literatura. Tais interpretações ganharam força em virtude da dificuldade em compreender o termo escritura para além das fronteiras simplesmente formais e literárias. A escritura não se dá somente do campo da literatura, mas no campo político, social. A escritura, para Derrida, não é simplesmente o que é escrito enquanto grafia. A escritura é o próprio mundo, pois o mundo só faz sentido a partir das significações que se dão por meio da escritura. (Cf: Derrida, J. *Escritura e Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002)

10 É a conhecida tese do realismo externo. (ver: Searle, J.R. *Mente, linguagem e sociedade – filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000)

contra as perspectivas estruturalistas, que discorda da posição teórica “que diz que nós não somos nada senão reflexos do discurso de um outro”, pois a atribuição de sentido é uma escolha ética e política, é exercício de poder¹¹.

Comunidades interpretativas: mapeamento provisório de um debate em curso

Em algumas pesquisas sobre a recepção, os condicionamentos e determinações sociais que orientam leituras diferenciadas têm sido explicados pela noção de comunidade interpretativa. “O papel dos receptores na comunicação de massa deveria ser explicado referindo-se aos seus repertórios social e cultural específicos: eles têm sido formados, ou formulados, no interior de comunidades de interpretação” (Jensen, 1987:30). Kim Schroder critica os usos e abusos do conceito como uma “panacéia para explicar todos os tipos de condicionamentos sociais da recepção de mensagens midiáticas” (Schroder, 1994: 337). A multiplicidade de leituras é atribuída ao fato de as pessoas pertencerem a diferentes comunidades interpretativas. “Diferenças na interpretação surgem das diferenças nas suposições que estão na base de diferentes comunidades interpretativas, em vez de diferenças entre indivíduos” (Allen, 1987:100 *apud* Evans, 1990: 156).

A noção de comunidades interpretativas, no campo da comunicação, proporciona um meio de entender a complexidade e a variabilidade das respostas da audiência às mensagens midiáticas, que ilumina o caráter social da recepção e representa um esforço de localizar leitores-espectadores dentro de contextos sociais e culturais mais amplos (Carragee, 1990:86). Comunidades interpretativas caracterizam-se por comunhão de propósitos e práticas no uso da mídia. Elas estruturam respostas ao conteúdo midiático, que correspondem a sistemas de sentido e esquemas narrativos específicos. “As comunidades interpretativas e seus membros são definidos por sua localização e funções sociais e pelas tradições culturais, convenções e sentidos que as unem” (Jensen, 1987:29).

Comunidade interpretativa é um termo originário dos estudos literários. Nos textos seminais de Stanley Fish (1980) e Janice Ra-

11 Para Pierre Bourdieu (1989) uma das principais formas de poder político é o poder quase mágico de nomear. E nomear é classificar, é dispor desigualmente, hierarquizar. Esse poder de nomeação consiste numa das manifestações do poder simbólico que, ao nomear, faz existir.

dway (1984) o termo é usado no singular, para explicar a uniformidade de leitura em uma comunidade interpretativa, cujas experiências de leitura compartilhadas tendiam a interpretações compartilhadas. Em Fish, o interesse reside nos constrangimentos através dos quais uma comunidade específica – a comunidade literária – produz interpretações ‘autorizadas’. Para o autor, uma comunidade interpretativa produz textos e determina a forma do que é lido. Por uma ênfase fenomenológica na interação singular entre texto e leitor, seu propósito é estudar “os sistemas subjacentes que determinam a produção de sentido textual no qual o leitor individual e o texto coercitivo perdem seus status independentes” (Fish, 1980 apud Lindolf, 1988). Radway, por sua vez, interessa-se pelos usos e funções sociais da literatura: “A leitura é um complicado processo semiótico fundamentalmente social que varia no tempo e no espaço. (...) leitores diferentes lêem diferentemente por pertencerem ao que se conhece como várias comunidades interpretativas.” (Radway, 1984: 53).

Outras origens do conceito podem ser creditadas a Dell Hymes, com a noção de ‘comunidade discursiva’(1980) como um grupo unido por interpretações da realidade compartilhadas; em Alan Dundes (1965) e Linda Degh (1972) as comunidades revelam padrões de autoridade e comunicação nas relações que estabelecem; e em Robert Bellah (1985), as ‘comunidades de memória’ são grupos que usam interpretações compartilhadas através do tempo, pela repetição de narrativas constituintes. (*apud* Zelizer, 1992:12). Para Barbie Zelizer, uma comunidade interpretativa trabalha com padrões de repetição da narrativa¹².

Klaus Jensen (1990, 1997:150) também atribui ao lingüista norte-americano Charles S. Pierce a autoria da noção de comunidades interpretativas, ao tratar da comunidade científica e da dúvida como estatuto da ciência, cuja única possibilidade de sanção se daria não no nível dos cientistas, dos indivíduos, mas no da comunidade de pen-

12 Zelizer se apropria da noção para pensar também o momento da produção. Ela propõe considerar os jornalistas como comunidade interpretativa, para entender a diversidade de aspectos que envolvem as práticas jornalísticas, que são negligenciados nas discussões sobre o jornalismo enquanto profissão. Os critérios que definem a profissão não fornecem um quadro de referências adequado para compreender as dimensões narrativa e normativa da prática jornalística, o modo como os jornalistas criam uma comunidade por meio do discurso, e outras formas de legitimação além daquelas que são promovidas pelo estatuto profissional. (ver: Zelizer, Barbie. “Journalists as Interpretive Community”. In: *Critical Studies in Mass Communication*. September 1993, pp 219-237)

sadores, ou seja, da comunidade científica. Nesse sentido, trata-se de uma interpretação coletiva, feita por uma comunidade interpretativa, que, para Pierce, é o contexto para negociar o chamado *Interpretante Final*¹³ do conhecimento humano. Jensen (1997:51) considera a noção de comunidade interpretativa bastante útil para o campo da comunicação, devido à semelhança e correspondência entre esse procedimento e os processos engendrados pelos meios de comunicação para situarem a realidade e pautarem a agenda pública – além de promoverem a manutenção das estruturas políticas, econômicas e culturais da sociedade. O autor dinamarquês acrescenta, porém, que a reprodução da maioria das formas da vida social não requer somente a disponibilidade de certas instituições e práticas de comunicação, pois depende também das ‘condições de interpretação’, que ele denomina *formas interpretativas* (1997: 52). O conceito de comunidades interpretativas, para o autor, implica que os receptores sejam caracterizados “não simplesmente por variáveis de seu contexto socioeconômico, mas simultaneamente pelos seus modos discursivos de interpretação dos conteúdos da mídia e de outras formas culturais” (1990: 130).

Thomas Lindolf (1985, 1988) define comunidade interpretativa como “o lugar de práticas socialmente coordenadas que levanta as premissas da interpretação dos conteúdos da mídia”. Os integrantes de uma comunidade interpretativa compartilham certos sentidos e ideologias comuns que estruturam as interações da comunidade e a recepção de textos midiáticos. “O horizonte de interpretação está nas fronteiras do pertencimento à comunidade”.

De acordo com Lindolf (1988), a tarefa de uma etnografia da mídia é reconhecer as estratégias interpretativas oriundas do pertenc-

13 Guardamos algumas reservas em relação à concepção de C.S. Pierce, no que diz respeito ao ponto de partida epistemológico. Pierce propõe um modelo triádico de significação em que o *Signo* seria decomposto em *Objeto*, *Veículo* e *Interpretante*. Para Pierce, é possível um tratamento diferenciado e independente de cada uma dessas esferas ou elementos que compõem a entidade *Signo*. Os modelos triangulares de significação como o de Umberto Eco, Ogden e Richards e o de C.S. Pierce têm em comum a crítica à insuficiência do modelo dual de F. Saussure, na tentativa de capturar o *referente*, a referência externa do processo de significação, o dado da realidade antes de ser interpretado e significado, que, em Pierce, se identificaria com a categoria objeto. Neste trabalho, porém, partimos de pressupostos hermenêutico-fenomenológicos, que não admitem a possibilidade de existir um dado isento de inferência. A fenomenologia aboliu a distinção clássica entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, e reconhece o caráter subjetivo e perspectivo de todo conhecimento. Nesse sentido, o que chamamos de dados são percepções plenas de inferências, fatos interpretados com auxílio de alguma teoria ou concepção preexistente, não sendo possível captar o dado real, puro. O ‘objeto’, coisa-em-si, nos é inacessível, ele já vem interpretado.

cimento dos leitores a comunidades interpretativas. Tais estratégias são propriedades da comunidade. Ao mesmo tempo, elas capacitam e restringem as possibilidades de interpretação. Uma comunidade interpretativa é antes interessada do que neutra. Os sentidos e textos produzidos por uma comunidade interpretativa procedem de um ponto de vista público.

Thomas Lindolf (1988:84) identifica dois conceitos de sentido nos estudos de comunicação: o sentido *apresentado* e o sentido *construído*. Quando se considera que a produção de sentido é controlada por elementos do conteúdo e de seu planejamento, temos o sentido apresentado. Por outro lado, quando a produção de sentido é controlada por pessoas que se engajam em uma comunicação mediada, temos o sentido construído.

Nessa ótica, o sentido construído está ligado à existência de comunidades interpretativas, em que os membros compartilham sentidos e ideologias comuns que estruturam a recepção. No sentido apresentado, o conteúdo é moldado intencionalmente pelos produtores. O sentido apresentado é transparente, segundo Lindolf, porque se presume que todos saibam o que significa cada categoria. Existe um sentido único no conteúdo. A explicação de um sentido apresentado hegemônico, por sua vez, “presume que os códigos profissionais da mídia são utilizados para desenvolver certas estratégias de conteúdo que diretamente ou indiretamente servem aos interesses políticos e econômicos da ordem social dominante” (Lindolf, 1988:85).

Para o autor, a abordagem do sentido construído às audiências se torna viável desde que abandonemos a posição de que encontros situados com a mídia produzem sentidos indeterminados. No entanto, sua concepção de determinação está restrita aos constrangimentos que intervêm nas interpretações da audiência.

Lindolf apresenta incorretamente Stuart Hall como representante da abordagem do sentido apresentado, por este ignorar as determinações sociais da recepção no modelo encoding/decoding (Hall, 1980). Embora o momento da decodificação não esteja tão elaborado quanto o da codificação (Hall, 2003), o modelo de implica que a variação de leituras decorre de posições sócio-econômicas diferenciadas. As três possibilidades de leitura propostas por Hall – dominante, negociada, oposicional – são inspiradas na teoria de Frank Parkin que afirma que os membros de diferentes classes sociais são enquadrados dentro de diferentes ‘sistemas de sentido’ (Parkin, 1971 *apud* Morley, 1996).

Lindolf privilegia as comunidades em detrimento dos textos. Sua visão passiva da mídia nega qualquer influência nas interpretações do público. A noção de sentido construído neutraliza o papel da mídia, por não levar em conta a concentração econômica das instituições midiáticas, nem considerar a hegemonia política e cultural.

De maneira semelhante, o papel da mídia é secundário na proposta de estudo de audiência de Kim Schroder, que ele denomina uma abordagem quase-etnográfica – semiótica social – da audiência, para conceituar o processo significativo e para responder de onde vêm os sentidos sociais. Esse estudo combina um interesse nos contextos micro e macro-sociais nos quais a audiência está situada (1994: 342), mas não leva em conta os constrangimentos inscritos no próprio texto.

Schroder sugere o uso do termo ‘posicionamentos culturais’ de Ien Ang (1991), para designar aquelas disposições que as pessoas atualizam em situações concretas como gênero, classe, etnia, geração, etc. (Schroder, 1994: 345). Nesse sentido, os repertórios interpretativos de um usuário de mídia individual são vistos como um produto “da comunidade lingüística como um todo, dos posicionamentos sociais que se estabelecem no curso da história de vida do indivíduo, das interações comunicativas nas comunidades interpretativas e sociais da vida cotidiana, e finalmente pela reunião única dessas influências construída pelo indivíduo de momento a momento.” (1994: 345).

O modelo semiótico social proposto por Kim Schroder é útil para entender os vários sentidos potenciais que constroem o repertório de um ‘receptor individual’. Mas é insensível à interação entre os meios de comunicação e suas audiências. Tal visão também desconsidera o papel da mídia, a polissemia que interessa não está no texto, somente nas audiências. Schroder e Lindolf, ao ignorar o poder do texto – que não é absoluto; mas também não é inexistente – se aproximam da abordagem da ‘democracia semiótica’ (Fiske, 1991), ao desconsiderar as restrições presentes no texto, embora em Fiske as determinações sócio-culturais também são irrelevantes para entender o que faz o receptor com a mensagem (perspectiva do ‘consumidor soberano’).

Schroder sustenta que interpretações diferenciadas surgem porque as pessoas habitam, em diferentes proporções, um amplo alcance de comunidades interpretativas (Schroder, 1994: 338-339). Leituras específicas advêm de fatores macro-sociais (classe, etnia, gênero, idade) e das relações micro-sociais e situacionais. Além do mais, as afinidades de uma comunidade diferem substancialmente de ou-

tras formas de filiação grupal. Uma comunidade interpretativa opera de maneira virtual em que categorias sociais objetificadas como ocupação, posição socioeconômica, e afiliações sociais tradicionais não são coextensivas ao processo de uso da mídia que caracteriza uma comunidade interpretativa.

Entretanto, as categorias de comunidades sociais e interpretativas são construtos analíticos. Empiricamente, as duas instâncias não são facilmente separáveis, a não ser por propósitos de análise. Estes elementos existem, na prática, já articulados. Para Jensen, “comunidades interpretativas representam uma perspectiva analítica que complementa mais do que substitui categorias socioeconômicas” (1990:130), isso porque a palavra *interpretativa* implica que as audiências, além de entidades demográficas, remetem a formações culturais compartilhadas; e a palavra *comunidade* remete ao caráter público, e não privado, de seus interesses.

Apesar dos problemas de identificação com categorias socio-demográficas, o conceito de comunidades interpretativas é bastante proveitoso para identificar os múltiplos contextos que moldam as interpretações. Como afirma Jensen (1987:28), a definição demográfica dos receptores pode ser usada como uma categorização preliminar no trabalho prático com as audiências, mas é uma categoria fechada que não pode registrar os processos que se dão no lugar – ou nos entre-lugares – da recepção.

Diante da dificuldade de articular textos midiáticos e práticas sociais – de produção e consumo dos textos – a principal vantagem do conceito de comunidades interpretativas está em ser uma categoria ao mesmo tempo social e discursiva.

Para Evans (1990), a contribuição do conceito de comunidades interpretativas significa simplesmente a admissão de reivindicações estruturalistas no interpretativismo. Porém, dez anos antes, Stuart Hall (“Cultural Studies: Two Paradigms” in: *Media, Culture and Society*, Sage: 2, 57-72, 1980) apresentou o *culturalismo* e o *estruturalismo* como dois paradigmas alternativos, não auto-suficientes mas complementares, que constituem o problema central do campo. A associação dessas duas perspectivas, nos estudos culturais, pretende captar a especificidade de diferentes práticas, bem como as formas de unidade articulada que elas constituem. De acordo com Hall, apesar dos antagonismos entre os dois paradigmas, eles sustentam a promessa da construção de uma teoria materialista da cultura.

Referências

- BENNINGTON, Geoffrey. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- BORDINI, Maria da Glória. *Fenomenologia e teoria literária*. São Paulo, Edusp, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. "O Poder Simbólico". Lisboa: Diefel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARRAGEE, Kevin M. "Interpretive Media Study and Interpretive Social Science". *Critical Studies in Mass Communication*, vol.7, nº 2, June (1990) 81 – 96.
- CURRAN, James. "El revisionismo en los estudios de comunicación: una reevaluación". In James Curran et al (eds) *Estudios Culturales y Comunicación*. Barcelona: Paidós, 1998, pp.383-415.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1972.
- _____. *Escritura e Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DORNELES, Luciana. *Revisitando o modelo das múltiplas mediações*. (Trabalho apresentado no núcleo de Teorias da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, INTERCOM, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003)
- EVANS, William A. "The Interpretive Turn in media Research: Innovation, Iteration, or Illusion?" *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 7 June (1990), 147 – 148.
- FISKE, John. "Moments of Television: neither the text nor the audience". In: Ellen Seiter et al. (eds.) *Remote Control: Television, Audiences and Cultural Power*. London: Routledge, 1991.
- GAMSON, Joshua. *Freaks talk back: tabloid talk shows and sexual nonconformity*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Corpo e Forma*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- HALL, Stuart. "Encoding/decoding". In: *Culture, Media, Language*. Working papers in Cultural Studies, 1972-1979. London: Hutchinson/ CCCS, 1980.
- _____. et al. "Reflections upon the encoding/decoding model". In: Cruz, Jon; LEWIS, Justin. *Viewing, Reading, Listening*. Westview Press, 1994.
- _____. "Da diáspora – identidades e mediações culturais". Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

JACKS, N. e ESCOSTEGUY, A. C. *Comunicação e Recepção*. São Paulo: Hacker, 2005.

JENSEN, Klaus Bruhn. "Qualitative Audience Research: Toward an Integrative Approach to Reception". *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 4, nº 1, march 1987(21 – 36).

_____. "Television Futures: A Social Action Methodology for Studying Interpretive Communities". *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 7, June (1990), 129 – 146.

_____. "La semiótica social de la comunicación de masas". Barcelona: Bosh editores, 1997.

KATZ, E.; BLUMLER, J; e GUREVITCH, M. "Usos y gratificaciones de la comunicación de masas". IN: Moragas, M. (ed) Vol.II p.127-171.

LIMA, Luiz Costa. *Vida e Mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. (org.) *A Literatura e o Leitor - Textos de Estética da Recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LINDOLF, Thomas R. "Media Audiences as Interpretive Communities". In: James Anderson (ed) *Communication Yearbook*, 11 (1988) Newbury Park, CA: Sage: 81 – 107.

NEWCOMB, Horace, M. "On the dialogic aspects of mass communication." In: Avery, Robert K & Eason, David, eds. *Critical perspectives on media and society*. New York & London: Guilford Press, 1991. Cap. 4, p.69-87.

MARCONDES FILHO, C. *O escavador de silêncios – Formas de construir e desconstruir sentidos na comunicação* (Nova Teoria da Comunicação II) São Paulo: Paulus, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MORLEY, David. "Televisión, Audiencias y estudios culturales". Amorrortu, Buenos Aires, 1996.

_____. *Interpretar televisión: la audiencia de Nationwide*. Nombre Falso, <http://www.nombrefalso.com.ar/>.

RADWAY, Janice. "Interpretive Communities and Variable Literacies: The Functions of Romance Reading". In: Michael Gurevitch and Mark Levy (eds) *Mass Communication Review Yearbook*, vol. 5, Beverly Hills: Sage, 1985: 337-361.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____. *O Conflito das Interpretações: Ensaio de Hermenêutica*.

Rio de Janeiro: Imago, 1978.

_____. *Teoria da Interpretação - O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: edições 70, 1987.

_____. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1996 (vols. I e III).

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

SCHRODER, Kim. "Audience semiotics, interpretive communities and the 'ethnographic turn' in media research". In: *Media Culture and Society* vol.16 (1994), 337 - 347. (Sage: London, Thousand Oaks and New Delhi)

SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade - filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

STAM, Robert e SHOHAT, Ella. *Da família imperial ao imaginário transnacional: o consumo dos meios na era da globalização*. In: *Comunicação e Política* vol.II n. 4 Rio de Janeiro; editora Cebela, 1995 (122-144)

THOMPSON, John B. *Hermeneutics and the Human Sciences*. New York: Cambridge University Press, 1981.

ZELIZER, Barbie. "Covering the body: Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory". Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

_____. "Journalists as Interpretive Community" In: *Critical Studies in Mass Communication*. September 1993, pp 219-237.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Submissão de artigos

Contracampo acolhe colaborações de autores do Brasil e do exterior, pertencentes ou não a programas de Comunicação. Os trabalhos submetidos são avaliados por dois pareceristas do Conselho Editorial e publicados após recomendação de ambos, obedecendo às datas de fechamento dos números semestrais.

SOMENTE ARTIGOS INÉDITOS PODERÃO SER SUBMETIDOS À CONTRACAMPO.

Formato e preparação de artigos para submissão

Os trabalhos submetidos devem possuir entre 5000 a 7000 palavras, ou de 13 a 15 laudas, digitadas em Word (ou similar), fonte Times New Roman, corpo 12.

O formato da página adotado para os trabalhos é o A4 (21 x 29.7cm) com as seguintes medidas: 2cm de margem superior; 3cm de margem inferior, 5cm de margem esquerda, 3cm de margem direita e medianiz 0. Cabeçalho de 1,2 cm e rodapé de 1,6 cm. Alinhamento pela esquerda somente.

O espaço entre linhas deve ser simples para o corpo do texto, e o espaçamento do parágrafo deve ser de 12 antes e 6 pontos depois de cada parágrafo, com recuo direito e esquerdo de valor 0.

Todos os parágrafos devem ser indentados em 0.5cm.

Título e autoria

Fonte Arial, negrito, corpo 12, centrado e espaçamento entre linhas de 1,5 linhas. Usar caixa-alta (letra maiúscula) apenas para a primeira letra do título do artigo, exceto para nomes próprios ou palavras que exijam o uso de caixa-alta por razões gramaticais.

O nome do autor deve ser colocado abaixo da última linha do título, centrado, em Arial, itálico, corpo 10. Se o artigo possuir mais de um autor, separar os nomes destes com um vírgula e espaço. Se

o número de autores exceder uma linha, não dividir o nome de um autor: coloque-o na linha seguinte. O nome de cada autor deve estar na seguinte ordem: primeiro nome, segundo nome ou inicial (se for o caso) e o sobrenome.

Incluir no final da primeira página do artigo nota de rodapé (com entrada após o sobrenome de cada autor, numeração personalizada por asterisco) com dados biográficos sobre o(s) autor(es), constante de filiação institucional, titulação, etc. com cerca de 50 palavras, em fonte Arial, regular, corpo 9.

Palavras-chave e resumos

As palavras-chaves e resumo em português devem vir após o título e nome dos autores.

Usar 3 a 5 palavras-chaves, fonte Arial, corpo 10. Estas devem ser colocadas antes do resumo e serem antecedidas da palavra: "Palavras-chaves", alinhada à esquerda, em Arial, negrito, corpo 10.

O resumo deve ter aproximadamente 150 palavras. Usar fonte Arial, corpo 10 para o resumo. As especificações para parágrafo e coluna são as mesmas do corpo do texto (siga as instruções dadas para margens, espaçamento, indentação, coluna e alinhamento). O resumo deve ter como título a palavra "Resumo", alinhada à esquerda, em Arial negrito, corpo 10. Na linha seguinte coloque o texto do resumo.

As palavras-chaves e resumo em inglês devem observar o mesmo formato para o português, sendo, porém, em itálico. Devem vir após o resumo em português. Substituir os títulos: "Palavras-chaves" por "Keywords" e "Resumo" por "Abstract", para as palavras-chaves e resumo em inglês.

O texto do artigo deve ser iniciado na página seguinte às palavras-chaves (keywords) e ao resumo (abstract) em inglês. Para tanto, inserir quebra de página entre a página com título, autoria, resumo e abstract e corpo do artigo.

Não inserir numeração nas páginas.

Subtítulos

Sugerimos o uso de não mais de três níveis de subtítulos para seu artigo, os quais devem seguir estas especificações:

- primeiro nível de subtítulo: Arial, negrito, corpo 11, alinhado

à esquerda, espaço de parágrafo de 24 pontos antes do subtítulo e de 6 pontos após o subtítulo;

- segundo nível de subtítulo: Arial, negrito, corpo 10, indentado em 0.5cm, espaço de parágrafo de 12 pontos antes do subtítulo e de 6 pontos após o subtítulo;

- terceiro nível de subtítulo: Arial, negrito, itálico, corpo 10, indentado em 1.0cm, espaço de parágrafo de 12 pontos antes do subtítulo e de 6 pontos após o subtítulo.

Usar caixa-alta (letra maiúscula) apenas para a primeira letra do subtítulo do artigo, exceto para nomes próprios ou palavras que exijam o uso de caixa-alta por razões gramaticais.

Inserir um parágrafo (Enter) entre o texto que antecede o subtítulo e este.

Imagens

Para o envio de material fotográfico, os editores devem ser previamente contatados para maiores especificações.

Citações

Para citar um autor no corpo do texto use ‘aspas simples’. Citações que excedam três linhas devem ser separadas do corpo do texto (aperte a tecla ‘enter’ uma vez).

Para citações, usar fonte Arial, regular, corpo 9, alinhamento à esquerda.

Espacejamento entre linhas deve ser simples, recuo de parágrafo de 0,5cm, e espaço de 6 pontos após cada parágrafo de sua citação (se for o caso).

Notas

Usar notas de final de documento apenas, com exceção da nota biográfica do(s) autor, que aparece na primeira página do artigo. Usar fonte Arial, regular, corpo 9; e alinhar o texto pela esquerda. Usar notas de rodapé quando absolutamente necessário e evitar notas longas. As notas devem ser numeradas consecutivamente ao longo do texto.

Referências

As referências bibliográficas devem vir logo após a seção de notas e seguir a NBR 6023 DA ABNT, observado o formato de margens e espaços definidos acima. Todas as referências devem vir listadas alfabeticamente e cronologicamente na seção de referências, sob o título "Referências" (ver especificações para títulos de primeiro nível). Para formatar as referências use fonte Times New Roman, regular, corpo 12, alinhamento à esquerda, espaçamento simples entre linhas, recuo especial de 0,5cm da segunda linha em diante e espaço de parágrafo de 6 pontos após cada referência.

Considerações sobre direitos autorais

Os artigos submetidos devem vir acompanhados de autorização de publicação pelo autor.

Contracampo detém o copyright sobre o conteúdo da publicação aceita.

Fotocópias de artigos são autorizadas mediante solicitação aos editores e crédito das fontes.

Para evitar violação das leis de direitos autorais, favor não utilizar longas e muitas citações de uma mesma fonte, ou figuras publicadas previamente sem um documento de autorização de uso dos direitos autorais. Isto também se refere a imagens produzidas pelo autor, publicadas em outro veículo, cujo direito autoral tenha sido transferido à editora referente ao veículo anterior. Autores que não fornecerem documentos de autorização de uso de direitos autorais terão seus artigos devolvidos.

Envio de artigos:

Os originais deverão ser enviados em três cópias impressas, acompanhadas de CD ou PEN DRIVE (disquetes não serão aceitos), para o seguinte endereço:

Rua Tiradentes, 148 , Ingá

Niterói CEP: 24270-240

Rio de Janeiro- RJ

Contracampo - Uma revista financiada pelo programa PROAP/CAPES.

e-mail para contato: felipepena@globocom.com

Editor-chefe: Prof. Dr. Felipe Pena



Imos Gráfica e Editora Ltda.
Tel./Fax: (21) 2450-3505
www.imos.com.br

DOSSIÊ COMUNICAÇÃO E LITERATURA

Vinhos, chás, livros e a imprensa: a formação e a deformação dos cânones literários

Felipe Pena – Universidade Federal Fluminense

O crime como estratégia de comunicação no romance policial: uma leitura psicanalítica

Sophie de Mijolla-Mellor - Université de Paris VII

Narrativa, política e vida social: do folhetim à ficção seriada televisiva

Ângela Cristina Salgueiro Marques - Université Stendhal/Grenoble

Ligações perigosas: o diálogo ilusório entre enigma e erotismo na herança midiática das Lettres Portugaises

Ada Cristina Machado Silveira – Universidade Federal de Santa Maria

ENTREVISTA 1: Edney Silvestre – jornalista e escritor

ENTREVISTA 2: Mânia Millen – editora do Prosa e Verso

Um modelo dissonante: caracterização e gêneros do jornalismo literário

Mateus Passos e Rômulo Orlandi – Unicamp e UFSCar

Jornalismo e literatura: hibridismos culturais no comentário

José Ferreira Jr. e Larissa Rocha – Universidade Federal do Maranhão e UFF

Jornalismo literário e cultural: Perspectiva histórica

Aline Strelow – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A sobrevida do fait divers

Daisi Vogel – Universidade Federal de Santa Catarina

Razão-Poesia: comunicação, poesia e pensamento

Florence Dravet e Gustavo de Castro – UCB e Universidade de Brasília

A ficção literária nesse novo tempo

Lilian Fontes – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dilema e experimentação em João do Rio: contribuições ao jornalismo e à literatura

Tbais de Mendonça Jorge e Rogério Borges – Universidade de Brasília

Os Livros do Coração: uma análise dos romances sentimentais do Século XX

Roberta Andrade e Erotilde Silva – Universidade Federal do Ceará

Estudos literários e práticas de recepção midiática

Luanda Schramm – Universidade Federal Fluminense

Dossiê:

Comunicação
e
Literatura

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Comunicação - UFF

18

1º Semestre
2008

CONTRACAMPO